

Requalificação Parque José Gomes Ferreira e Quinta do Narigão

Programa Preliminar



Outubro 2023

Objetivos gerais

Pretende-se requalificar o Parque José Gomes Ferreira – Quinta do Narigão, reforçando as valências de fruição com uma simbiose entre a utilização do espaço e o respeito e aprendizagem na natureza.

Verificamos que a dinâmica de utilização do espaço do Parque José Gomes Ferreira é muito diferente do tipo de uso relativamente à Quinta do Narigão. O primeiro espaço contempla o circuito de manutenção, zonas de merenda, quiosque e parque infantil, duas mesas de ténis de mesa e dois bebedouros. O coberto vegetal é maioritariamente arbóreo sendo possível a circulação em caminhos ou zonas com estrato herbáceo de forma segura.

A Quinta do Narigão desenvolve-se em terreno de vale. A zona de encosta é inclinada e o percurso mais penoso. O fundo do vale é envolvido por encostas com extrato vegetal maioritariamente arbustivo o que dificulta a perceção de limites e percursos. Existem algumas clareiras e zonas arbóreas com potencial de uso.

Importa atuar na Quinta do Narigão para que o espaço ganhe importância na dinâmica da Mata de Alvalade sem anular as suas características específicas.

Pretende-se a elaboração de Estudo Prévio e Projeto de Execução, nos termos vertidos na Portaria nº 255/2023, de 7 de agosto, artigo 171º estudo prévio e artigo 173º projeto de execução, da secção XIII, capítulo 2, do anexo I, bem como as disposições constantes da legislação aplicável.

A proposta deverá ainda contemplar os serviços de assistência técnica especial ao dono de obra.

A proposta a apresentar deverá ser executada por equipa de projeto multidisciplinar, com a coordenação de arquiteto paisagista com um mínimo de 15 anos de experiência na área. A equipa deverá ainda incluir um biólogo, um arquiteto, um, engenheiro civil e um engenheiro eletrotécnico, com pelo menos 5 anos de experiência nas respetivas áreas.

Deverá este projeto para todo o espaço ser elaborado por forma a permitir a sua execução em fases, com as respetivas peças desenhadas e escritas onde se inclui medições e orçamento. Prever numa primeira fase a requalificação de todas as estruturas de caminhos, redes elétricas, de combate a incêndio, vedações, equipamentos e outras.

Num segundo momento deverão ser contempladas todas as intervenções relativas a intervenções nos diferentes estratos de coberto vegetal, sejam de remoção, podas abates, sejam de sementeiras ou plantações ou outras. Deverá ainda ser apresentado planos de manutenção de zonas verdes incluindo tipos de trabalhos e sua calendarização durante um ciclo vegetativo.

Definição do limite da intervenção

A zona a intervir é limitada a norte pela Av. do Brasil, a oeste pela Av. Almirante Gago Coutinho, a sul pelas traseiras da rua professor Veiga Beirão, e a Este pela rua Alferes Malheiro, tendo uma área de 187,885 m².

Enquadramento histórico

Em 1935 o plano de João Guilherme Faria da Costa projeta os eixos das avenidas que viriam a servir de charneira ao parque, decorrendo a sua execução durante a década de 40.

Em 1950, é elaborado o anteprojeto da autoria de Gonçalo Ribeiro Telles, inicialmente designado como: "Triângulo compreendido entre o Bairro de Alvalade, a Avenida do Brasil e a Avenida do Aeroporto".

No ano seguinte, é desenvolvido pelo mesmo autor o primeiro projeto do futuro parque, incluindo um plano de plantação para a Mata e para o enquadramento do centro desportivo. Este projeto tem autorização de construção pelo Presidente da CML, Álvaro Salvação Barreto, em 13 de agosto desse ano.

Ribeiro Telles refere-se a este espaço como Mata de Alvalade e elaborou, em 1955, perfis com vista à mobilização da parte do terreno ainda não plantado que termina num lago.

Em 1958 a então conhecida por "Mata de Alvalade" encontrava-se apenas parcialmente florestada, existindo apenas alguns caminhos traçados, não se encontrando presente qualquer estrutura desportiva.

O Arquitecto Paisagista Manuel Sousa da Câmara elaborou em 1965 um "Plano parcial de plantação" em que projetou a localização duas instalações desportivas; uma piscina e o Hockey Clube, colocando-o no limite da mata, junto à Avenida do Brasil, e a piscina um pouco mais a sul.

Mais tarde, em 1966, Sousa da Câmara realizou mais um projeto para a Mata de Alvalade, documentado por várias peças desenhadas, que desta vez abarcou o confinante areeiro do Narigão.

Em 1968 a mata estava plantada, mas a encosta e zona do areeiro do Narigão estavam também invadidos por barracas. Face à topografia do terreno e às características do solo, Sousa da Câmara sugeriu o aproveitamento deste espaço para a construção de um lago;

Em 1970, José Pulido Garcia, Chefe da Repartição de Arboricultura e Jardinagem, enviou um ofício onde refere que estava em execução o "Projeto do Centro Desportivo de Alvalade Arranjo Paisagístico do Areeiro do Narigão" e que, embora ainda não tivesse sido completado, era urgente proceder à drenagem do areeiro do Narigão, parte integrante daquele projeto,

solicitando a remoção imediata das barracas que assentavam, sobre o traçado da rede de esgoto, ação à qual o Presidente da CML deu a sua concordância.

A zona de barracas persistiu até meados dos anos 80 do século passado.

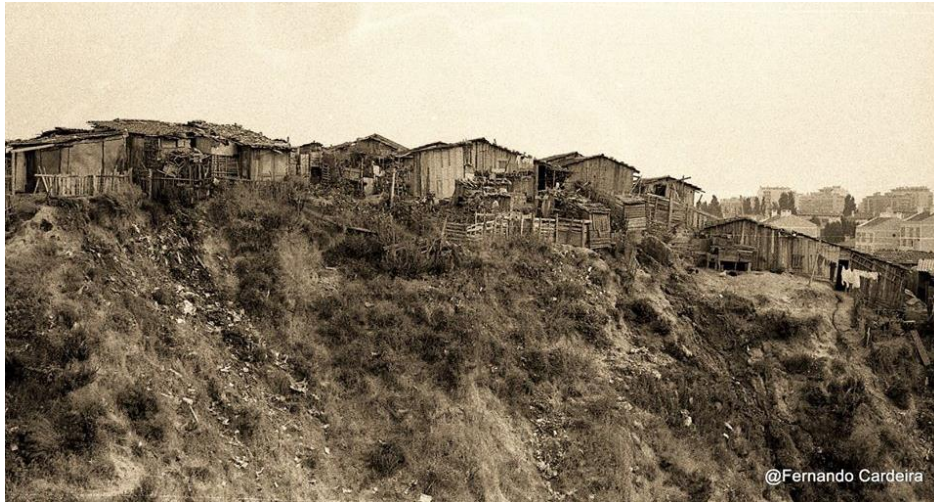


Figura 1 – Encosta da Quinta do Narigão (fonte: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=2683022911940761&set=pcb.2683023161940736>)

As encostas da Quinta do Narigão foram várias vezes consumidas pelas chamas nos anos 90 e, posteriormente, surgiram manchas de vegetação e um importante coberto vegetal de zambujeiros.

Em 2006, a Câmara Municipal de Lisboa, efetuou uma intervenção florestal na zona de desbaste e poda destes zambujeiros por forma a acelerar o seu desenvolvimento tendo sido simultaneamente efetuadas ações de eliminação de exóticas infestantes. Reduziu-se o potencial de risco de incêndio e executaram-se procedimentos para a criação de uma mata urbana de espécies autóctones e espontâneas, existindo vários exemplares jovens de freixos na zona.

Em 2013, parte da Quinta do Narigão foi cedida a um privado para a criação de um Parque Aventura, denominado “Racket Adventure”, tendo sido implementadas diversas estruturas: equipamentos de arborismo, slide e uma pista *downhill*.



Figura 2 - Parque Aventura (Fonte: <https://informacoeseservicos.lisboa.pt/contactos/diretorio-da-cidade/parque-aventura-da-quinta-do-narigao>)

O projeto nunca se consolidou nem foi um sucesso, sendo estas estruturas removidas, bem como 4 contentores para apoio a estas atividades, sendo revertida a conceção e o direito de superfície.

Dessa intervenção permanece o percurso pedonal de acesso ao Parque José Gomes Ferreira, com entrada pela zona de estacionamento do “Lisboa Racket Center”, bem como a sua ligação, através de rotunda, à zona a tardoz da rua Prof. Veiga Beirão.

Em 2017 a Junta de Freguesia de Alvalade realizou uma empreitada de movimentação de terras e implementação de zona de merendas no espaço adjacente à bolsa de estacionamento, da rua Francisco Franco.

A importância do espaço, agora designado Parque José Gomes Ferreira e Quinta do Narigão, revela-se desde o início do século passado. De zona de uso agrícola e zona de areeiro, transformou-se em zona verde de lazer, de fruição mantendo e reforçando a sua importância na estrutura verde da cidade de Lisboa.

Proposta de Intervenção

Entende a Junta de Freguesia de Alvalade que face ao atual estado de conservação e importância que o espaço verde desempenha na estrutura verde da freguesia e da cidade, urge definir uma estratégia de intervenção, quer ao nível do coberto vegetal quer dos equipamentos e valências dos diferentes espaços.

Pretende-se manter a sua tipologia de zona florestal reforçando e protegendo zonas de proteção a fauna e flora. Simultaneamente, permitir a descoberta e fruição do espaço através da utilização das infraestruturas desportivas existentes - circuito de manutenção, zonas de estadia, zona de merendas, quiosque e parque infantil, zona de miradouro, bem como a incorporação da estrutura da Casa de Função, localizada na entrada sudeste, com novas valências e atividades que permitam a vivência e descoberta do espaço.

Assim, este projeto visa criar um espaço percecionado como uno, com valências e utilização compatíveis com a preservação e incremento da sua riqueza em fauna e flora.

A. Fauna e Flora

Em linha com a Estratégia Municipal para Biodiversidade, pretende-se valorizar o Parque enquanto estrutura de grande relevância no contexto do ecossistema urbano.

Pretende-se assim dar continuidade à pretensão da CML de criar duas zonas, na Quinta do Narigão, demarcadas na imagem seguinte, uma com 2600 m² a poente e outra a nascente com 4.500 m², consideradas como áreas relevantes para a biodiversidade, delimitadas e geridas de forma a incrementar a sua diversidade florísticas com introdução de mais espécies autóctones como *Pistacia lentiscus*, *Rhamnus alaternus*, *Phyllirea latifolia*, *Laurus nobilis*, *Prunus spinosa*, nas orlas ou nas zonas de menor densidade do zambujal dado que esta formação pelo seu em sombreamento não facilita a ocorrência de outras espécies (à exceção da *Ceratonia síliqua* e do *Chamaerops humilis*).



Figura 3 - áreas relevantes para a biodiversidade

Por outro lado, nas restantes zonas do Parque, em futuras ações de plantação devem ser preservadas, entre outras, as seguintes espécies:

- *Acer pseudoplatanus* (bordo);
- *Arbutus unedo* (medronheiro);
- *Betula celtibérica* (vidoeiro);
- *Ceratonia siliqua* (alfarrobeira);
- *Coronilla valentina-glauca* (pascoinha);
- *Crataegus monogyna* (pilriteiro);
- *Daphne gnidium* (trovisco-fêmea);
- *Fraxinus angustifolia* (freixo);
- *Juniperus phoenicea* (sabina-das-praias);
- *Laurus nobilis* (loureiro);
- *Lonicera periclymenum* (madressilva);
- *Myrtus communis* (murta);
- *Olea europea var. europea* (oliveira);
- *Olea europea var. sylvestris* (zambujeiro);
- *Phillyrea angustifolia* (lentisco);
- *Phillyrea latifolia* (aderno-de-folhas-largas);
- *Pinus halepensis* (pinheiro-de-alepo);
- *Pinus pinea* (pinheiro-manso);
- *Prunus dulcis* (amendoeira);
- *Prunus lusitanica* (azereiro);

- *Quercus coccifera* (carrasco);
- *Quercus faginea* (carvalho-cerquinho);
- *Quercus pyrenaica* (carvalho-negral);
- *Quercus robur* (carvalho-alvarinho);
- *Quercus rotundifolia* (azinheira);
- *Quercus suber* (sobreiro).

Com vista a privilegiar o desenvolvimento das espécies autóctones, é necessário continuar, ou até intensificar, as ações de controlo das seguintes espécies:

- *Acacia sp.*;
- *Ailanthus sp.*;
- *Cortaderia selloana*;
- *Datura sp.*;
- *Pittosporum undulatum*;
- *Phytolaca sp.*;
- *Rubus sp.*;
- *Myoporum sp.*;
- *Arundo donax*.



Figura 4 – Programa de controlo de infestante- Localização de Arundo donx – setembro 2023.

B. Rede de caminhos

A rede de caminhos existentes apresenta degradação e desgaste agravados por fenómenos meteorológicos. A ocorrência de águas pluviais tem vindo a agravar e dificulta a utilização de alguns destes percursos que tende a ser mais marcada em zonas com maior declive. Deverá ser prevista a canalização das águas de drenagem, na rede de caminhos principal, em valetas ou estrutura semelhante.

A rede de caminhos principal deverá permitir a circulação de veículos de segurança, combate a incêndios e os utilizados na manutenção e gestão da Mata. Os pavimentos a utilizar deverão ser, preferencialmente e sempre que possível, permeáveis ou semipermeáveis.



Figura 5 - Exemplos do estado de conservação da rede de caminhos

C. Rede de combate a incêndios

Avaliar as condições da rede atual de combate a incêndios, existente na envolvente em articulação com as forças de segurança, nomeadamente o regimento de Sapadores Bombeiros, dotando a Mata dos equipamentos que venham a ser identificados.

D. Equipamentos

Deveram ser avaliadas as condições de manutenção dos equipamentos existentes, e em linha com a estratégia de intervenção para a Mata, ser propostos novos equipamentos. Os principais equipamentos existentes e a criar são:

1. Circuito de Manutenção: A Mata tem um circuito de manutenção composto por 16 aparelhos que deverá ser revisto, analisado e alterado com a incorporação de outros equipamentos se se justificar.
2. Ténis de mesa: Próximo da zona de merendas principal localizam-se duas mesas cuja manutenção ou alteração será de avaliar.
3. Zonas de Merendas: existem 4 zonas de estadia com mobiliário urbano (mesas e cadeiras de diferentes tipos e formatos) que servem com zona de refeições. Será de reavaliar todo o mobiliário existente, incorporando novos elementos se se justificar.
4. Palco para pequenos eventos: Deverá ser prevista zona para colocação de palco, que poderá ser amovível, em zona próxima do acesso principal através da Av. A. Gago Coutinho, sendo dotada de armário técnico com ponto de luz e ponto de água.

E. Casa de Função

Esta estrutura é atualmente utilizada regularmente como local de apoio às atividades desportivas promovidas pela JFA ou clubes e associações da freguesia. Em ocasiões pontuais serve igualmente de apoio as atividades do programa “Alvalade em Férias”, podendo ser facultado o acesso às instalações sanitárias a grupos que visitam a Mata.

Analisar a possibilidade de aumentar a área útil, permitindo a criação de uma área de apoio às atividades a realizar na Mata, permitindo a cedência a associações ou grupos. Este espaço pode ser também um local polivalente que sirva de sala de formação ou zona expositiva.

Avaliar a possibilidade de as instalações sanitárias estarem abertas ao público geral, identificando potenciais necessidades de adaptação.

F. equipamentos de depósitos de resíduos:

A Junta de Freguesia procedeu recentemente à instalação de 42 papeleiras, em material compósito 100% reciclado, ao longo dos percursos existentes. A localização destes equipamentos pode ser reequacionada face ao projeto a desenvolver.

Nas zonas de merendas existem zonas de deposição com contentores, bastante degradados, que importa reformular prevendo a separação de resíduos, nomeadamente embalagens e vidro.

G. Reforço das Instalações sanitárias

Existem instalações sanitárias no quiosque, que por via do contrato de concessão devem ser públicas. Funcionando o Quiosque a determinadas horas nem sempre é possível a sua utilização. Esta oferta de IS é insuficiente para a área da Mata, pelo que deverá ser prevista a utilização das IS da Casa de Função em termos a definir.

H. Iluminação e infraestrutura elétrica

A Mata é de uso público sem qualquer tipo de restrições ao acesso nem horários limitativos. Não tem qualquer tipo de iluminação o que contribui para o aumento da perceção de insegurança.

Tendo por objetivo acautelar as devidas condições de segurança e possibilidade de permitir o uso e atravessamento da Mata em horário alargado, pretende-se garantir a iluminação dos caminhos principais, que ligam os acessos através da rua Alferes Malheiro e da Av. Al. Gago Coutinho, de forma integrada nas características do espaço.

Deverá ainda ser prevista a instalação de um ponto de ligação à rede elétrica em zona perto do Quiosque e em zona perto da entrada principal pela rua Alferes Malheiro. Tal apoio permitira a utilização do espaço em duas zonas distintas para eventos ou atividades que, necessitam por vezes, de recorrer a geradores.

A zona de clareira junto ao Quiosque, pode ser dotada de sistema de iluminação em altura, adaptado ao espaço envolvente, com capacidade de regulação da intensidade luminosa, consoante as necessidades.

I. Sinalética informativa / educativa

Criar uma sinalética para a deslocação entre as diferentes estruturas e valências do espaço. Prever ainda a criação de circuitos que permitam a aprendizagem e observação de fauna e flora bem como outras informações que promovam a biodiversidade e sustentabilidade.

A nova sinalética deve dar prioridade à utilização de matérias naturais ou compósitos reciclados. Deve ter em conta nova imagem gráfica a criar para o espaço, propondo a afirmação da marca “Mata de Alvalade” a criar pela equipa de comunicação da JFA.

J. Quiosque

O Quiosque existente está concessionado pela Câmara Municipal de Lisboa, sendo uma estrutura a manter.

Em articulação com o concessionário será de avaliar a envolve daquele equipamento, sendo de prever a remoção das espécies exóticas na zona de esplanada concessionada e a sua substituição por outras.

K. Parque Infantil

Este equipamento, muito procurado pelos utilizadores da Mata, foi requalificado pela Câmara Municipal de Lisboa, ao abrigo do procedimento PA386/DMAEVCE/2021 - Fornecimento de Equipamentos e Pavimento de Cortiça para o EJR do parque José Gomes Ferreira, sendo concluído em 2023.

Da nova infraestrutura destaca-se o pavimento, em cortiça 100% natural, reciclável e isenta de todos os tipos de toxinas e produtos químicos. Este pavimento garante ainda a acessibilidade a pessoas com mobilidade reduzida.

O parque está dotado de cinco equipamentos infantis, dos quais três são inclusivos, todos em madeira oriunda de silvicultura sustentável.

Qualquer proposta de intervenção na sua envolvente deve estar integrada com este espaço.



Figura 6 - Parque Infantil após requalificação

Peças complementares

Este programa preliminar é acompanhado das seguintes peças

- Levantamento topográfico detalhado
- Plantas Casa de Função

Outras fontes de informação

Para um correto enquadramento do espaço verde na estrutura ecológica da cidade, sugere a consulta das seguintes fontes de informação:

Lisboa Interativa

A plataforma digital “Lisboa Interativa”, acessível através da seguinte ligação (<https://websig.cm-lisboa.pt>) disponibiliza diversa cartográfica, na área dos espaços verdes, com relevância para o desenvolvimento do projeto, nomeadamente:

- Carta de Declives
- Carta de Exposições
- Radiação Incidente
- Carta de Intensidade da Ilha de Calor Urbano em OC ao entardecer
- Carta de Permeabilidade Relativa do Substrato Geológico
- Carta dos Tipos de Solos
- Limite Corredores Verdes
- Carta da Área de influência dos Espaços Verdes (outubro 2022).

Geodados

O Geodados é a plataforma da Câmara Municipal de Lisboa que disponibiliza conjuntos de dados geográficos sobre a cidade, para utilização em Sistemas de Informação Geográfica, com o objetivo de potenciar a reutilização de informação produzida pelo município (<https://geodados-cml.hub.arcgis.com>).

Plano Diretor Municipal

O Plano Diretor Municipal de Lisboa (PDM) foi aprovado em 24 de julho de 2012 pela Deliberação n.º 47/AML/2012. Publicado pelo Aviso nº 11622/2012 no Diário da República, 2.ª Série - n.º 168 de 30 de agosto de 2012.

O Plano Diretor Municipal de Lisboa, em vigor, poderá ser consultado na seguinte ligação:

<https://www.lisboa.pt/cidade/urbanismo/planeamento-urbano/plano-diretor-municipal/pdm-em-vigor>

Arquivo Municipal de Lisboa

Acedendo ao sítio do Arquivo Municipal de Lisboa poderá ser consultada diversa e interessante documentação:

<https://arquivomunicipal.lisboa.pt/>